



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS, I. P.

Procedimento concursal comum destinado ao recrutamento para preenchimento de 2 postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal do IASFA, I.P., correspondente à carreira e categoria de Técnico Superior (Jurista), aberto pelo Aviso n.º 1576/2016, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 28 de 10 de fevereiro de 2016.

Elaboração da Lista de Ordenação Final dos Candidatos

Tendo em conta a fórmula para cálculo da classificação final dos candidatos [CF=(70%PC) + (30%*EPS) ou CF=(70%AC) + (30%*EPS), em que CF= Classificação Final; PC= Prova de Conhecimentos; AC= Avaliação Curricular e EPS= Entrevista Profissional de Seleção] o Júri procedeu à sua aplicação e à elaboração da lista unitária de ordenação final dos candidatos.

ORDENAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	AC	PC	EPS	CLASSIFICAÇÃO FINAL
1.º	Marco Alexandre dos Santos Martins		12,50	14,40	13,07
2.º	Marco Alexandre Ireia Parrulas		10,25	13,60	11,25
	João Pedro Gaspar Nobre	17,85		-----	Excluído a)
	Manuel Francisco Delgado Garcia	-----			Excluído b)
	Ricardo Jorge Alves Lopes	-----			Excluído b)

- Por não ter comparecido ao 2.º Método de Seleção – Entrevista Profissional de Seleção;
- Por não ter comparecido ao 1.º Método de Seleção – Prova de Conhecimentos.

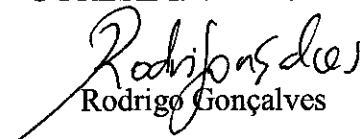
Audiência Prévia para realização da audiência dos interessados

O Júri deliberou nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificar, para efeitos de audiência prévia os interessados. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo são conferidos 10 dias úteis para se pronunciarem os candidatos, que assim o entenderem, desta lista unitária de ordenação final. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada e rubricada por todos os membros do Júri presentes.-----

Lisboa, 16 de maio de 2016.

O PRESIDENTE DO JÚRI


Rodrigo Gonçalves